



**SIMULADO
FINAL**

ALERJ

Especialista Legislativo Nível IV

Assistência Social

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALERJ**, cargo de **Especialista Legislativo Nível IV - Assistência Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/odcUiYazUhgF3jtHA>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/8b27>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

1. Assinale a única alternativa que apresente uma oração subordinada adverbial concessiva.

- a) Um relato honesto se desenrola melhor se o fazem sem rodeios.
- b) Para se fazer entender, você precisa repetir uma mesma ideia até cansar. Por mais óbvia que seja.
- c) Sê breve em teus raciocínios, que a ninguém agrada seres longo.
- d) Quanto menos se fala, mais fácil fica de emendar.
- e) Quem não consegue explicar o que faz em 15 minutos é porque não sabe o que está fazendo.

2. Assinale a única alternativa que apresente problema com a norma culta.

- a) É preferível conhecer alguma coisa sobre tudo do que
 - a) tudo sobre apenas uma coisa.
 - b) Realizar é o princípio do conhecimento.
 - c) O que não se compreende, não se possui.
 - d) O que se desconhece não se deseja.
 - e) Quanto mais aumenta nosso conhecimento, mais evidente fica nossa ignorância.

3. Assinale a única alternativa que não se apresente na voz passiva

- a) O Brasil é governado por quatro poderes: executivo, legislativo, judiciário e aquisitivo.
- b) A cortesia nada custa e com ela muito se ganha.
- c) A cortesia é uma coisa excelente, porém com ela não se pagam as contas.
- d) No Brasil, não se pratica filantropia — se pratica pilantropia.
- e) Um só mestre de vícios, dizem, basta para que uma população se torne corrupta.

4. Um tipo de figura de retórica muito conhecido é a prosopopeia. Das seguintes frases, identifique a que exemplifica uma prosopopeia.

- a) A consciência, esse espelho traiçoeiro, devolveu-lhe uma imagem que ele preferia não reconhecer, polida demais para ser honesta.
- b) Sorriu com a gravidade de quem sabia que a virtude, quando exibida em excesso, costuma esconder pequenas corrupções domésticas.
- c) O elogio caiu-lhe aos ouvidos como moeda falsa: brilhante à primeira vista, inútil no fundo do bolso.
- d) Prometeu mudar de vida com a mesma convicção com que todos prometem antes de repetir o erro na semana seguinte.
- e) A ambição cochichava-lhe conselhos ao pé do ouvido, paciente e insistente, como velha conhecida que não aceita despedida.

5. Naquela noite úmida de março de 1867, a Rua do Salitre estava tomada por intensa movimentação. As Variedades e o Circo Price, iluminados pelos bicos de gás tremeluzentes ao vento, anunciavam uma noite de espetáculo destinada à alta sociedade. A casa estava cheia: diante da entrada, a multidão se comprimia em torno das bilheterias, formando um aglomerado inquieto e barulhento que se espalhava pela rua.

Sobre a sua tipologia textual, assinale a afirmativa correta.

- a) Texto narrativo que relata os acontecimentos de uma noite movimentada no circo.
- b) Texto informativo que apresenta fatos ocorridos numa noite de março.
- c) Texto publicitário que divulga atividades de um circo.
- d) Texto descritivo que retrata o cenário de uma noite agitada em torno de um circo.
- e) Texto injuntivo que sugere, de forma indireta, a ida ao circo.

6. “A ampliação do acesso à informação não garante, por si só, maior compreensão da realidade. Ao contrário, quando não acompanhada de critérios de análise, pode produzir confusão, superficialidade e falsas certezas.”

O método de raciocínio predominante no texto é:

- a) Dedutivo, pois parte de uma regra geral para explicar um caso particular.
- b) Indutivo, porque generaliza conclusões a partir de observações isoladas.
- c) Analógico, ao comparar explicitamente dois fenômenos distintos.
- d) Dialético, ao contrapor uma expectativa inicial a um efeito oposto.
- e) Enumerativo, ao listar consequências sem estabelecer relação lógica.

7. A crença de que a tecnologia, por si só, democratiza o conhecimento ignora um aspecto essencial do processo educativo: a mediação crítica. O simples acesso a plataformas digitais, conteúdos abundantes e ferramentas interativas não assegura aprendizagem significativa. Sem orientação, critérios de seleção e capacidade de reflexão, o excesso de informação tende a dispersar, superficializar e até distorcer a compreensão dos fatos. Assim, mais do que investir em recursos tecnológicos, é indispensável formar sujeitos capazes de pensar criticamente sobre aquilo que consomem.

A tese apresentada no texto é:

- a) A tecnologia ampliou de forma definitiva o acesso ao conhecimento nas sociedades contemporâneas.
- b) O excesso de informação disponível nas plataformas digitais compromete todo processo de aprendizagem.
- c) A mediação crítica é indispensável para que a tecnologia contribua efetivamente para a aprendizagem.
- d) As plataformas digitais devem substituir os métodos tradicionais de ensino.
- e) O investimento em recursos tecnológicos deve ser prioridade absoluta nas políticas educacionais.

8. A testemunha, homem experiente, declarou-se cansado de repetir os mesmos fatos diante do tribunal.

No texto acima ocorre:

- a) a silepse de número.
- b) a silepse de pessoa.
- c) a silepse de número e pessoa.
- d) a concordância por atração.
- e) a silepse de gênero

9. Assinale a alternativa em que ocorre participação do autor da frase.

- a) A maior virtude do homem é talvez a curiosidade.
- b) A curiosidade é, nas almas grandes e nobres, a primeira e última paixão.
- c) Nossa curiosidade é proporcional à nossa cultura.
- d) As coisas que as pessoas mais querem saber nunca são da conta delas.
- e) Nunca se farta o olho de olhar nem o ouvido.

10. Assinale a alternativa em que um termo ‘mesmo’ tem valor diferente dos demais.

- a) O mesmo aluno apresentou novamente a justificativa já analisada pela comissão.
- b) Amigo mesmo é aquele que não separa a briga, chega de voadora.
- c) A banca voltou a considerar o mesmo erro cometido por outros candidatos.
- d) Os avaliadores entrevistaram o mesmo candidato citado no recurso administrativo.
- e) A comissão rejeitou novamente a mesma justificativa analisada no processo inicial.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Renato da Costa*

11. Considere a planilha do Excel abaixo, utilizada por um setor administrativo para consulta de gratificações:

	A	B	C	D
1	(Matrícula)	(Nome)	(Cargo)	(Gratificação)
2	1001	Ana	Analista	1200
3	1002	Bruno	Técnico	800
4	1003	Carla	Analista	1200
5	1004	Diego	Coordenador	2000
6	1005	Elisa	Técnico	800

Na célula F2, foi digitada uma matrícula. Deseja-se, na célula G2, retornar o valor da gratificação correspondente. Caso a matrícula não exista, deve aparecer o texto "Matrícula inexistente".

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula correta, utilizando a função PROCX.

- a) =PROCX(F2;A2:A6;D2:D6;"Matrícula inexistente")
- b) =PROCX(A2:A6;F2;D2:D6;"Matrícula inexistente")
- c) =PROCX(F2;D2:D6;A2:A6;"Matrícula inexistente")
- d) =PROCV(F2;A2:D6;4;FALSO;"Matrícula inexistente")
- e) =PROCX(F2;A2:D6;4;"Matrícula inexistente")

12. Um analista de um órgão público utiliza o Microsoft Excel para organizar uma planilha de controle de servidores, contendo, entre outras, as colunas Nome, Setor, Situação (Ativo/Inativo) e Pontuação. Ele deseja implementar as seguintes funcionalidades:

- destacar automaticamente, em cores, os servidores com pontuação abaixo de 60;
- permitir que o usuário visualize apenas os registros de um determinado setor;
- restringir o preenchimento da coluna Situação apenas aos valores "Ativo" ou "Inativo".

Considerando os recursos do Excel, assinale a alternativa que associa corretamente cada necessidade à sua respectiva funcionalidade.

- a) Pontuação abaixo de 60 → Validação de Dados; visualizar apenas um setor → Formatação Condicional; restringir valores da Situação → Filtro.
- b) Pontuação abaixo de 60 → Filtro; visualizar apenas um setor → Validação de Dados; restringir valores da Situação → Formatação Condicional.
- c) Pontuação abaixo de 60 → Formatação Condicional; visualizar apenas um setor → Filtro; restringir valores da Situação → Validação de Dados.
- d) Pontuação abaixo de 60 → Validação de Dados; visualizar apenas um setor → Filtro; restringir valores da Situação → Formatação Condicional.
- e) Pontuação abaixo de 60 → Filtro; visualizar apenas um setor → Formatação Condicional; restringir valores da Situação → Validação de Dados.

13. Um analista de TI de um órgão público estava organizando documentos no Windows e tentou criar alguns arquivos por meio do Explorador de Arquivos. No entanto, alguns nomes não puderam ser aceitos pelo sistema operacional, pois violavam regras de nomenclatura de arquivos do Windows.

Considerando as restrições impostas pelo Windows para nomes de arquivos e pastas, assinale a alternativa que apresenta um nome de arquivo inválido.

- a) relatorio_final_2026.docx
- b) dados.servidores.v1.xlsx
- c) controle<financeiro>.pdf
- d) backup-janeiro-2026.zip
- e) oficio 12_2026.txt

14. Durante a elaboração de um relatório extenso no Microsoft Word, um servidor deseja que, ao clicar em uma palavra no texto, o leitor seja levado automaticamente para um título específico localizado em outra parte do documento, facilitando a navegação interna.

O requisito principal é que o link seja criado para um elemento do próprio documento, sem necessidade de páginas externas ou endereços da internet.

Assinale a alternativa que indica o recurso mais adequado para atender a essa finalidade.

- a) Inserção de nota de rodapé.
- b) Criação de sumário automático.
- c) Utilização do recurso Referência cruzada, marcando a opção de inserção como hiperlink.
- d) Inserção de quebra de seção contínua.
- e) Uso da ferramenta Controlar Alterações.

15. Durante o desenvolvimento de um sistema interno, um analista precisou documentar a estrutura de um endereço web utilizado para acesso a um serviço da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Foi apresentado o seguinte endereço fictício:

<https://www.aleri.rj.gov.br:8443/portal/servicos/consulta?id=125&tipo=oficio#resultado>

Considerando a estrutura de uma URL, assinale a alternativa que identifica corretamente todos os seus principais componentes.

- a)
Protocolo: https
Domínio: www.aleri.rj.gov.br
Porta: 8443
Caminho: /portal/servicos/consulta
Consulta (query string): id=125&tipo=oficio
Fragmento: resultado
- b)
Protocolo: www
Domínio: aleri

Porta: rj.gov.br

Caminho: https://portal/servicos

Consulta: 8443

Fragmento: resultado

c)

Protocolo: https

Domínio: aleri.rj.gov.br

Porta: /portal

Caminho: 8443/servicos

Consulta: id=125

Fragmento: tipo=oficio#resultado

d)

Protocolo: https

Domínio: www.aleri.rj.gov.br

Porta: resultado

Caminho: /portal/servicos/consulta

Consulta: id=125&tipo=oficio

Fragmento: 8443

e)

Protocolo: www.aleri.rj.gov.br

Domínio: https

Porta: 8443

Caminho: /portal

Consulta: servicos/consulta?id=125

Fragmento: tipo=oficio#resultado

16. Um órgão público está avaliando o uso de Inteligência Artificial Generativa (IA generativa) para apoiar atividades como redação inicial de relatórios, criação de resumos automáticos, geração de imagens institucionais e apoio à programação. No estudo técnico, destacou-se que esse tipo de IA se diferencia de abordagens tradicionais por produzir novos conteúdos, em vez de apenas classificar ou prever rótulos.

Considerando os conceitos de IA generativa, assinale a alternativa correta.

- a) IA generativa limita-se à execução de regras previamente programadas, sem empregar modelos estatísticos treinados em grandes volumes de dados.
- b) IA generativa tem como principal objetivo a classificação de dados rotulados, não sendo capaz de criar novos textos, imagens ou sons.
- c) IA generativa baseia-se em modelos capazes de aprender padrões a partir de grandes conjuntos de dados e gerar novos conteúdos, como textos, imagens, músicas ou códigos, de forma probabilística.
- d) IA generativa é composta exclusivamente por sistemas especialistas simbólicos, sem uso de redes neurais ou modelos de linguagem.
- e) IA generativa produz sempre resultados determinísticos, idênticos para a mesma entrada, não envolvendo processos estocásticos.

17. Um setor de planejamento de um órgão público está elaborando um relatório gerencial com diferentes objetivos de visualização de dados, conforme descrito a seguir:

- I. Comparar quantidades entre categorias distintas (por exemplo, número de processos por setor).
- II. Analisar a evolução de um indicador ao longo do tempo (por exemplo, despesas mensais).
- III. Apresentar a participação percentual de cada categoria em um total (por exemplo, distribuição do orçamento).

IV. Avaliar a distribuição e dispersão de valores, destacando mediana, quartis e possíveis outliers.

Considerando as boas práticas de visualização e análise de dados, assinale a alternativa que associa corretamente cada objetivo ao tipo de gráfico mais adequado.

- a) I – gráfico de linhas; II – gráfico de pizza; III – histograma; IV – gráfico de barras.
- b) I – gráfico de barras; II – gráfico de linhas; III – gráfico de pizza; IV – boxplot (diagrama de caixa).
- c) I – histograma; II – gráfico de colunas; III – boxplot; IV – gráfico de pizza.
- d) I – gráfico de setores; II – histograma; III – gráfico de linhas; IV – gráfico de colunas.
- e) I – boxplot; II – gráfico de barras; III – histograma; IV – gráfico de pizza.

18. Durante a edição de um relatório no Microsoft Word, um servidor deseja aplicar rapidamente alguns comandos por meio de atalhos de teclado. Considere as ações a seguir:

- I. Salvar o documento.
- II. Selecionar todo o conteúdo do documento.
- III. Aplicar negrito ao texto selecionado.
- IV. Localizar uma palavra no documento.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre ação e atalho, respectivamente.

- a) I – Ctrl + N; II – Ctrl + T; III – Ctrl + I; IV – Ctrl + F
- b) I – Ctrl + B; II – Ctrl + A; III – Ctrl + N; IV – Ctrl + L
- c) I – Ctrl + S; II – Ctrl + T; III – Ctrl + B; IV – Ctrl + P
- d) I – Ctrl + B; II – Ctrl + T; III – Ctrl + N; IV – Ctrl + L
- e) I – Ctrl + Shift + S; II – Ctrl + L; III – Ctrl + U; IV – Ctrl + H

19. Um servidor de um órgão público está elaborando uma apresentação institucional no Microsoft PowerPoint e precisa garantir que todos os slides sigam o mesmo padrão visual, incluindo logotipo no rodapé, fonte padronizada, cores institucionais e posição fixa de títulos. Além disso, ele deseja que futuras alterações nesse padrão sejam refletidas automaticamente em todos os slides da apresentação.

Considerando os recursos do PowerPoint, assinale a alternativa correta.

- a) As alterações devem ser feitas individualmente em cada slide, pois o PowerPoint não possui recurso centralizado para controle de layout e formatação.
- b) O recurso Slide Mestre permite definir elementos visuais e formatações globais que se aplicam aos slides vinculados, facilitando a padronização e a atualização automática.
- c) O Slide Mestre serve apenas para controlar animações e transições, não afetando cores, fontes ou objetos gráficos.
- d) O uso do Slide Mestre elimina a possibilidade de personalizar slides específicos, pois todos ficam permanentemente bloqueados ao mesmo formato.
- e) O Slide Mestre é utilizado exclusivamente para criar o sumário automático da apresentação.

20. Um órgão público passou a utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar atividades como triagem de requerimentos, análise preliminar de documentos e elaboração de minutas. Durante a implantação, a comissão responsável destacou a necessidade de observância de princípios éticos, a fim de evitar riscos como discriminação, falta de transparência e uso indevido de dados.

Considerando boas práticas éticas no uso da IA, assinale a alternativa correta.

- a) Sistemas de IA, uma vez treinados, são intrinsecamente imparciais, dispensando monitoramento humano.

b) A adoção de IA em órgãos públicos autoriza automaticamente o uso irrestrito de dados pessoais, independentemente de finalidade ou consentimento.

c) O uso ético da IA envolve princípios como transparência, responsabilidade, proteção de dados, mitigação de vieses e supervisão humana.

d) A ética em IA limita-se à eficiência computacional dos algoritmos, não se relacionando a impactos sociais ou direitos fundamentais.

e) Para garantir neutralidade, recomenda-se impedir qualquer explicação sobre o funcionamento dos sistemas de IA ao usuário final.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Durante uma perseguição policial a um veículo em fuga, um dos disparos de arma de fogo efetuado por um agente de segurança pública atingiu e feriu gravemente um pedestre que transitava pela calçada, sem qualquer envolvimento com o crime. A família da vítima pretende buscar reparação do Estado pelos danos sofridos. De acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade civil do Estado, nesse caso, é:

- a) Subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa do agente policial.
- b) Objetiva, sob a modalidade do risco administrativo, exigindo apenas a demonstração do dano e do nexo causal entre este e a conduta estatal.
- c) Inexistente, pois o agente agiu em estrito cumprimento do dever legal, uma excludente de responsabilidade.
- d) Subsidiária, devendo a vítima primeiro acionar judicialmente o agente policial para depois, em caso de insolvência, acionar o Estado.
- e) Objetiva, sob a modalidade do risco integral, não admitindo qualquer excludente de nexo causal.

22. Um Prefeito Municipal, com base em seu poder discricionário, nomeou um cidadão para o cargo em comissão de Secretário de Obras. O ato de nomeação, devidamente publicado, continha todos os elementos necessários: agente competente, finalidade pública, forma prescrita em lei, motivo congruente e objeto lícito. Em relação aos atributos do ato administrativo, essa nomeação:

- a) Goza de presunção de legitimidade e veracidade, mas não possui autoexecutoriedade.
- b) É um ato com imperatividade, mas sem presunção de legitimidade até que seja validado pelo Legislativo.
- c) Possui exigibilidade, mas sua eficácia depende de homologação judicial.
- d) Não possui tipicidade, pois é um ato discricionário.
- e) Goza de autoexecutoriedade, impondo ao nomeado sua posse obrigatória.

23. Durante a execução de um contrato de obra pública, foi constatada a necessidade de modificar o projeto original para melhor adequação técnica. A alteração implicaria um acréscimo de 30% no valor inicial atualizado do contrato. O fiscal do contrato questionou a legalidade desse acréscimo. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, essa alteração contratual é:

- a) Permitida, pois os acréscimos em contratos de obra podem chegar a 50% do valor inicial.
- b) Permitida, desde que haja concordância do contratado, pois o limite para acréscimos é de 25% para obras, mas pode ser expandido por acordo.
- c) Permitida, pois a lei não estabelece limites percentuais para alterações qualitativas, apenas para as quantitativas.
- d) Vedada, pois o limite máximo para acréscimos em contratos de obra é de 25% do valor inicial atualizado.
- e) Vedada, pois qualquer alteração que modifique o valor do contrato exige a realização de uma nova licitação.

24. Um hospital público necessita contratar, de forma contínua, diversos laboratórios para a realização de exames clínicos complexos, pois não possui estrutura para atender toda a demanda. O hospital pretende que todos os laboratórios que atendam aos requisitos mínimos de qualificação possam ser contratados pela tabela de preços definida pelo poder público. O procedimento auxiliar de licitação adequado para essa situação é:

- a) Pré-qualificação.
- b) Credenciamento.
- c) Procedimento de manifestação de interesse.
- d) Sistema de registro de preços.
- e) Leilão reverso.

25. Um fiscal municipal, no exercício regular de sua função, adentra um estabelecimento comercial aberto ao público para verificar o alvará de funcionamento e as condições de segurança. O proprietário do estabelecimento se opõe à fiscalização, alegando violação de propriedade. A prerrogativa que permite ao fiscal realizar tal inspeção, mesmo sem autorização judicial e contra a vontade do proprietário, deriva diretamente do:

- a) Poder hierárquico.
- b) Poder disciplinar.
- c) Poder regulamentar.
- d) Poder de polícia.
- e) Poder vinculado.

26. Um servidor público responsável pelo setor de compras de um órgão federal recebeu, de um empresário, um veículo de luxo como "presente" para agilizar a liberação de pagamentos devidos à empresa por um contrato já executado. O servidor, de fato, utilizou sua influência para acelerar os trâmites internos, que ocorreram em conformidade com a lei, apenas de forma mais célere. A conduta do servidor caracteriza ato de improbidade administrativa:

- a) Que atenta contra os princípios, pois violou o dever de imparcialidade, mas sem enriquecimento ilícito, pois o presente foi uma doação.
- b) Que causa prejuízo ao erário, pois a aceleração do pagamento pode ter gerado custos de oportunidade para a Administração.
- c) Que importa enriquecimento ilícito, consistente em receber vantagem econômica indevida para facilitar ato da administração.
- d) Atípica, pois não houve prejuízo ao erário e o ato praticado (liberação do pagamento) era lícito e devido.
- e) Que só poderia ser punida na esfera penal por corrupção passiva, não na de improbidade.

27. Um empresário, proprietário de uma construtora, induziu dolosamente um fiscal de obras de um município a aprovar a medição de uma etapa da obra que não havia sido concluída, prometendo-lhe uma vantagem futura. O fiscal, concordando, atestou falsamente a conclusão, gerando um pagamento indevido à construtora e, conseqüentemente, prejuízo ao erário. Na ação de improbidade administrativa, o empresário:

- a) Não pode ser réu, pois a ação se destina apenas a agentes públicos.
- b) Pode ser réu, pois a lei estende suas disposições àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para o ato.
- c) Responde apenas pelo ressarcimento do dano, mas não pelas outras sanções, que são exclusivas de agentes públicos.

d) Só pode ser réu se for sócio-gerente da empresa, não apenas proprietário.

e) Responde na esfera criminal por corrupção, mas não na de improbidade, por ser um particular.

28. Gilnara, estudando sobre as características dos órgãos públicos, afirmou corretamente que:

- a) Possuem personalidade jurídica própria, podendo celebrar contratos em nome próprio.
- b) São centros de competência despersonalizados resultantes da desconcentração, podendo se fazer presentes na administração direta ou na indireta.
- c) Detêm autonomia política para legislar sobre matérias de sua competência.
- d) Em regra, possuem capacidade processual plena para figurar em qualquer polo de ação judicial.
- e) Integram exclusivamente a estrutura da administração direta.

29. A sociedade empresária Alfa, concessionária responsável pelo serviço de transporte público rodoviário intermunicipal, tem recebido constantes reclamações dos usuários sobre a superlotação dos veículos e o descumprimento dos horários. A agência reguladora responsável notificou a empresa, alegando que tais falhas configuram a prestação de serviço inadequado. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, um serviço é considerado adequado quando satisfaz, entre outras, as condições de:

- a) previsibilidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.
- b) Universalidade, gratuidade e eficiência.
- c) Continuidade, eficiência e segurança.
- d) Pessoalidade, discricionariedade e regularidade.
- e) Lucratividade para o concessionário, conforto e pontualidade.

30. A respeito do Controle da Administração, considere:

- I – O controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, deve ser exercido mediante auxílio do poder legislativo de cada ente.
- II – O controle realizado pelo Senado Federal quanto à escolha de autoridades pelo Presidente, popularmente denominada “sabatina de autoridades”, é classificado como controle parlamentar direto de natureza política.
- III – O julgamento, pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, das contas dos responsáveis por dinheiros públicos caracteriza controle parlamentar indireto.

Sobre o controle da administração pública, está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

31. Tibério é brasileiro naturalizado, mas um grande admirador de culturas de outros países. Com 33 anos de idade decidiu que iria se desprender do seu passado e viver em outro país. Com o calor da emoção também decidiu renunciar à única nacionalidade que possuía, a brasileira, o que, ao seu ver, facilitaria a obtenção de uma outra nacionalidade.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) Tibério em nenhuma hipótese poderia renunciar a nacionalidade, por se tratar de direito indisponível.
- b) seria possível que Tibério renunciasse à nacionalidade, desde que tivesse pelo menos 3 nacionalidades.

c) seria possível que Tibério renunciasse à nacionalidade, desde que tivesse pelo menos 2 nacionalidades.

d) Nesse cenário atual, não conseguindo renunciar a nacionalidade, Tibério poderia ser candidato a presidência da república.

e) Nesse cenário atual, não conseguindo renunciar a nacionalidade, Tibério não poderia ser candidato a Governador.

32. Com base no artigo 66 da Constituição Estadual do RJ, avalie as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F) quanto aos símbolos do estado.

() bandeira.

() hino.

() selos.

() brasão.

As afirmativas são, na ordem apresentada:

a) V – V – V – V.

b) V – V – V – F.

c) V – V – F – V.

d) V – F – F – V.

e) V – F – V – V.

33. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu. Tibério, analisando a constituição, chegou à seguinte conclusão correta sobre tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo.
- b) Podem ter a natureza jurídica de normas supraleais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional derivada, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros.
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário.
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros.

34. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por:

- a) partido político que elegeu apenas um deputado estadual.

- b) os Conselhos Federais de órgãos de classe profissional.
- c) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.
- d) Assembleia Legislativa do RJ.
- e) o Procurador-Geral de Justiça.

35. Tibruço, analisando a constituição federal, viu que por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, a reforma do Judiciário instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural, assim como o Conselho Nacional do Ministério Público. Lendo o texto, Tibruço ficou com dúvida e foi perguntar ao professor experiente no mundo dos concursos. O referido professor respondeu corretamente, à luz do texto constitucional, que:

- a) O presidente do CNJ não será obrigatoriamente um brasileiro nato.
- b) Todos os membros do CNJ e do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo Senado federal.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução, e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

36. O Tribunal de Justiça do RJ encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a sua proposta orçamentária anual, a qual foi devolvida sob o argumento de equívoco no destinatário e na ausência de legitimidade do Tribunal para elaborá-la, e ainda que a proposta foi encaminhada em desacordo com os limites do poder executivo que não poderia jamais ajustar os valores.

Clóvis, estudioso do direito, analisou a narrativa acima e usando a sistemática constitucional, chegou à seguinte conclusão sobre o entendimento do Chefe do Poder Executivo que está:

- a) totalmente equivocado, pois o Poder Judiciário, em razão de sua autonomia, deve elaborar a sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Poder Executivo e pode ajustar os valores caso esteja em desacordo.
- b) totalmente certo, pois a proposta orçamentária é elaborada pelo Poder Executivo, responsável pela arrecadação tributária, e deve ser encaminhada ao Poder Legislativo.
- c) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Poder Legislativo.
- d) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Conselho Nacional de Justiça.
- e) parcialmente certo, pois, apesar de o Poder Judiciário não ter legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, a análise inicial é feita pelo Poder Executivo.

37. Tibério, deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, após completar 24 anos de idade, caminhou do Rio até Brasília para protestar. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) ação popular que será julgada pelo STF, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra (Brasília).
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF, mas deverá ser proposta no estado onde ele reside.
- e) ação popular que será julgada pelo STJ.

38. Determinada causa foi endereçada ao Tribunal Superior Eleitoral. Esse Tribunal, ao apreciá-la, entendeu que a competência para processar e julgar a causa seria do Superior Tribunal de Justiça. Como esse último Tribunal entendeu que também não seria competente, suscitou conflito negativo de competência. À luz da sistemática constitucional, esse conflito deve ser apreciado pelo:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Conselho Nacional de Justiça.
- d) Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Tribunal Federal de Recursos.

39. O Estado Beta editou a Lei nº X em matéria de competência legislativa concorrente com a União, que deveria ser aplicada pelos órgãos do Estado. No momento da edição desse diploma normativo, este último ente federativo ainda não tinha incursionado na respectiva temática. Ocorre que, em momento posterior, a União editou a Lei nº Y, dispondo sobre a temática, em âmbito nacional, em sentido oposto ao da Lei nº X.

Nesse caso, é correto afirmar que a

- a) Lei nº Y é inconstitucional.
- b) Lei nº X é inconstitucional.
- c) Lei nº X foi revogada pela Lei nº Y.
- d) Lei nº X deve ter apenas sua aplicação suspensa.
- e) Lei nº X deve continuar a ser aplicada em Alfa.

40. Após a obtenção de sua independência em relação ao país Delta, as lideranças políticas do país Beta iniciaram tratativas com o objetivo de elaborar sua primeira Constituição. Com esse objetivo, definiram que seria convocada uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nessa situação, é correto afirmar que tem como característica esse poder constituinte de ser

- a) extrajurídico.
- b) de direito.
- c) derivado.
- d) decorrente.
- e) pós-fundacional.

**CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO
SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO (DECRETO Nº 43.583/2012) E
ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
(DECRETO-LEI Nº 220/1975) E SEU
REGULAMENTO (DECRETO Nº 2.479/1979)**

Tiago Zanolla

41. João é servidor público efetivo do Estado do Rio de Janeiro e foi nomeado para exercer um cargo em comissão na Administração Direta. Ao assumir a nova função, surgiram dúvidas quanto à sua remuneração, aos reflexos previdenciários e à relação com o cargo efetivo que ocupa.

Com base no Decreto nº 2.479/1979, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O servidor efetivo nomeado para cargo em comissão é obrigado a perceber exclusivamente o vencimento do cargo em comissão, perdendo temporariamente o adicional por tempo de serviço.
- b) O servidor efetivo pode optar entre o vencimento do cargo em comissão ou a remuneração do cargo efetivo acrescida de gratificação de 70%, sem prejuízo do adicional por tempo de serviço calculado sobre o cargo efetivo.
- c) O servidor contratado que assume cargo em comissão poderá optar pelo regime remuneratório

mais vantajoso, nos mesmos moldes do servidor efetivo.

- d) O servidor inativo, quando provido em cargo em comissão, deverá optar entre o provento da aposentadoria ou o vencimento do cargo em comissão.
- e) A posse em cargo em comissão não implica afastamento do cargo efetivo, salvo se houver vedação expressa da autoridade competente.

42. Carlos é funcionário público estadual e, ao longo do ano, passou por diferentes situações funcionais: respondeu a processo disciplinar, sofreu atrasos no expediente e também teve faltas injustificadas. Diante disso, a Administração passou a efetuar descontos em sua remuneração.

Com base no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, assinale a alternativa CORRETA quanto à hipótese de desconto aplicada ao servidor.

- a) No cumprimento de pena privativa de liberdade, sem perda do cargo, o servidor deixará de receber dois terços do vencimento e das vantagens enquanto durar a pena.
- b) Durante o afastamento por suspensão preventiva ou recolhimento à prisão por ordem judicial, ainda que não haja condenação definitiva, o servidor deixará de receber integralmente o vencimento e as vantagens, sem direito à restituição futura.
- c) O servidor que faltar ao serviço em um dia específico terá descontado apenas um terço do vencimento e das vantagens correspondentes àquele dia.
- d) Caso o servidor compareça ao serviço após 60 minutos do início do expediente ou se ausente, sem autorização, por mais de 60 minutos, sofrerá desconto de um terço do vencimento e das vantagens do dia.
- e) O servidor que chegar ao serviço dentro dos 60 minutos seguintes ao início do expediente ou se ausentar, sem autorização, por período inferior a 60 minutos, perderá a totalidade do vencimento e das vantagens do dia.

43. Com base no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479/1979), acerca das penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A advertência é aplicada por escrito nos casos de negligência, devendo ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.
- b) A repreensão é aplicada verbalmente em casos de desobediência ou reincidência em falta anteriormente punida com advertência.
- c) A suspensão será aplicada nos casos de falta grave, desrespeito a proibições que não ensejem demissão ou reincidência em falta já punida com repreensão.
- d) A destituição de função somente pode ser aplicada quando o servidor for reincidente em falta grave punida com suspensão.
- e) Apenas as penas de suspensão e destituição de função devem ser registradas nos assentamentos funcionais do servidor.

44. De acordo com o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 43.583), considera-se servidor público, para fins éticos, aquele que:

- a) Exerce cargo público efetivo ou em comissão, desde que perceba remuneração e possua vínculo permanente com a Administração Direta.
- b) Presta serviços exclusivamente à Administração Direta do Estado, mediante vínculo estatutário, ainda que sem remuneração.
- c) Presta serviços à Administração Pública direta ou indireta apenas quando houver contrato formal e remuneração previamente fixada.
- d) Presta serviços, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, de forma permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem remuneração, em órgãos ou entidades onde prevaleça o interesse estatal.

e) Atua exclusivamente em empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

45. À luz das vedações impostas ao servidor público pelo Código de Ética do Servidor Público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É admitido ao servidor utilizar informações obtidas no exercício do cargo em benefício de terceiros, desde que não haja vantagem econômica direta para si.
- b) O servidor pode solicitar vantagem de qualquer espécie, desde que destinada a terceiro e vinculada ao interesse público.
- c) É vedado ao servidor utilizar o cargo para obter favorecimento, ainda que o benefício não seja destinado a si próprio.
- d) O servidor somente incorre em infração ética se alterar documento público com a finalidade de obter vantagem financeira.
- e) A conduta de dificultar o exercício regular de direito de terceiros somente configura infração ética se causar dano material, não sendo relevante o dano moral.

**REGIMENTO INTERNO DA ALERJ
(RESOLUÇÃO Nº 810/1997). PLANO DE
CARREIRA (RESOLUÇÃO Nº 590/1994)***Emerson Bruno*

46. Com base nas disposições do Regimento Interno acerca das sessões legislativas da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) As sessões legislativas ordinárias ocorrem exclusivamente entre 1º de fevereiro e 30 de junho, sendo as reuniões realizadas no segundo semestre sempre de natureza extraordinária.
- b) As sessões legislativas extraordinárias independem de convocação formal, podendo ocorrer automaticamente fora do período ordinário.
- c) A primeira, a segunda e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura são precedidas de sessões preparatórias.
- d) As reuniões previstas para as sessões legislativas ordinárias, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados, são canceladas e deverão ser redesignadas por ato da Mesa Diretora.
- e) As sessões legislativas ordinárias realizam-se de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro, sendo que a primeira e a terceira são precedidas de sessões preparatórias, e as reuniões que coincidirem com sábados, domingos ou feriados são transferidas para o primeiro dia útil subsequente.

47. À luz das disposições regimentais relativas à diplomação, posse e sessão preparatória dos Deputados Estaduais, assinale a alternativa correta.

- a) O candidato diplomado a Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa Diretora, exclusivamente de forma pessoal, até o dia 1º de fevereiro do ano da instalação da legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral.
- b) Compete à Mesa Diretora organizar a relação dos Deputados diplomados, devendo tal relação ser concluída após a instalação da sessão de posse.
- c) As declarações de bens apresentadas no ato da posse deverão ser renovadas antes da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura.

d) A sessão preparatória dos Deputados Estaduais diplomados ocorrerá às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano da legislatura, sendo dirigida, preferencialmente, pelo último Presidente reeleito Deputado.

e) Na ausência do último Presidente reeleito, a direção da sessão preparatória caberá ao Deputado mais idoso, independentemente do número de legislaturas exercidas.

48. Conforme o Regimento Interno, no que se refere ao prazo para a posse dos Deputados Estaduais e ao compromisso regimental, assinale a alternativa correta.

- a) A posse deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, improrrogável, contado da diplomação, em qualquer hipótese.
- b) Em caso de convocação de suplente, o prazo para posse será contado da diplomação, sendo sempre exigida a renovação do compromisso.
- c) Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse deverá ocorrer no prazo de trinta dias, prorrogável por igual período, contado da primeira sessão preparatória, da diplomação ou da ocorrência do fato que a ensejar, conforme o caso.
- d) O suplente de Deputado está dispensado de prestar compromisso apenas quando assumir o mandato durante a mesma sessão legislativa em que já o tenha feito.
- e) A prorrogação do prazo para posse depende de iniciativa da Mesa Diretora, não sendo admitido requerimento do interessado.

49. À luz do Regimento Interno, no que se refere à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) A Mesa Diretora é órgão singular, competindo ao Presidente, de forma exclusiva, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Assembleia.
- b) A Mesa Diretora delibera por unanimidade de seus membros e é composta exclusivamente por parlamentares com direito a voto, na condição de membros efetivos ou suplentes.
- c) A Mesa Diretora é composta por um Presidente, quatro Vice-Presidentes, quatro Secretários e quatro vogais, todos efetivos e com direito a voto, reunindo-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por sete de seus membros efetivos.
- d) O membro da Mesa Diretora que deixar de comparecer a quatro reuniões consecutivas perderá automaticamente o lugar, independentemente da existência de causa justificadora.
- e) Compete à Mesa Diretora exclusivamente decidir sobre requerimentos de licença dos Deputados, vedada a manifestação sobre quaisquer outros temas regimentais.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rodrigo Bet

50. Com base nos dispositivos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (CE/RJ), analise as afirmativas a seguir:

- I. Compete privativamente à Assembleia Legislativa autorizar o Governador a ausentar-se do Estado por mais de 10 dias, desde que a saída seja do território nacional.
- II. Compete privativamente à Assembleia Legislativa julgar anualmente as contas do Governador, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo e proceder à tomada de contas quando não apresentadas no prazo constitucional.
- III. A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa pode ocorrer a requerimento do Governador do Estado, pelo Presidente da Assembleia Legislativa ou a requerimento da maioria dos seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**SERVIÇO SOCIAL***Nilza Ciciliati*

51. Joana, assistente social em uma empresa privada, é pressionada pela chefia a demitir um funcionário que está em tratamento de saúde, sob a alegação de "corte de custos". O gerente exige que ela assine o parecer social validando o desligamento, embora ela avalie que a demissão violaria direitos trabalhistas e sociais do usuário. Diante do impasse e considerando o Código de Ética Profissional, é correto afirmar que:

- a) Joana deve acatar a ordem, pois, como empregada assalariada, deve obediência hierárquica à instituição que a remunera.
- b) Joana deve abster-se de emitir o parecer validando o desligamento, pois é vedado ao assistente social acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes do Código de Ética.
- c) Joana pode assinar o parecer, desde que faça uma ressalva no documento informando que o fez sob protesto e coação.
- d) Joana deve negociar com a chefia uma demissão consensual, atuando como mediadora neutra entre o capital e o trabalho.
- e) Joana deve solicitar a transferência do caso para outro profissional da equipe, alegando motivo de foro íntimo.

52. Um assistente social do Tribunal de Justiça recebe a solicitação de um Juiz para que envie a cópia integral dos prontuários de atendimento de uma família, incluindo anotações pessoais do profissional, para serem anexados a um processo público. De acordo com o Código de Ética sobre o Sigilo Profissional, o assistente social deve:

- a) Enviar todo o material solicitado imediatamente, visto que uma ordem judicial anula o sigilo profissional em qualquer circunstância.

b) Enviar apenas o relatório técnico, resguardando as anotações sigilosas e informações que não sejam estritamente necessárias para a decisão judicial.

c) Recusar-se a prestar qualquer informação, alegando sigilo absoluto, mesmo que isso acarrete prejuízo grave ao usuário.

d) Solicitar autorização da família para envio do prontuário; caso autorizem, o envio integral é obrigatório.

e) Enviar o prontuário em envelope lacrado, transferindo a responsabilidade do sigilo para o magistrado.

53. A Seguridade Social brasileira é definida na Constituição Federal de 1988 como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade. Entre seus objetivos (princípios), destaca-se a "seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços". Esse princípio indica que:

a) Todos os cidadãos devem receber exatamente os mesmos benefícios, independentemente de sua renda ou necessidade.

b) O sistema deve selecionar os mais aptos ao trabalho para receberem benefícios de maior valor.

c) O legislador deve delimitar quem terá direito a determinados benefícios e serviços (seletividade) para garantir melhor distribuição de renda aos que mais precisam (distributividade).

d) A cobertura deve ser universal, sem qualquer critério de seleção ou restrição orçamentária para nenhum benefício.

e) Os benefícios devem ser restritos apenas àqueles que contribuem diretamente para o sistema, excluindo a assistência social.

54. O financiamento da Seguridade Social é um tema central para a garantia de direitos. Segundo a Constituição Federal, o financiamento deve ser direto e indireto, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais, EXCETO:

- a) Do empregador, incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho.
- b) Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.
- c) Sobre a receita de concursos de prognósticos.
- d) Do importador de bens ou serviços do exterior.
- e) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de servidores públicos exclusivamente.

55. A Constituição Federal de 1988 estabelece o "tripé" da Seguridade Social. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a característica da "Saúde" dentro desse sistema:

- a) Direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, com acesso universal e igualitário, independentemente de contribuição.
- b) Direito de quem contribui e dever do Estado, organizada sob a forma de regime geral e regimes próprios.
- c) Política para quem dela necessitar, exigindo comprovação de pobreza absoluta para o atendimento de alta complexidade.
- d) Serviço privado suplementar, sendo o Estado responsável apenas pela regulação dos planos de saúde.
- e) Benefício de prestação continuada, voltado exclusivamente para idosos e pessoas com deficiência.

56. Sobre os regimes da Previdência Social no Brasil, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tem caráter contributivo e filiação obrigatória.
- II. A Previdência Complementar é obrigatória para todos os trabalhadores que recebem acima do teto do INSS.
- III. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário-mínimo.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

57. Dona Maria, 67 anos, vive sozinha e não possui renda própria. Ela procura o CRAS para saber se tem direito a algum auxílio. A assistente social explica sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segundo a LOAS, para ter acesso a esse direito, Dona Maria deve comprovar:

- a) Ter contribuído para a previdência por pelo menos 12 meses.
- b) Não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 do salário-mínimo.
- c) Estar doente e necessitar de cuidados médicos permanentes, independentemente da renda.
- d) Ter participado de programas de alfabetização de adultos oferecidos pelo município.
- e) Ter renda familiar per capita de até um salário-mínimo, desde que more em área rural.

58. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza-se por tipos de proteção. O serviço que tem por finalidade a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destinado à população em situação de vulnerabilidade, é classificado como:

- a) Proteção Social Especial de Média Complexidade.
- b) Proteção Social Especial de Alta Complexidade.
- c) Proteção Social Básica.
- d) Benefício Eventual de Caráter Preventivo.
- e) Serviço de Medidas Socioeducativas.

59. A LOAS define as competências dos entes federados. Assinale a opção que apresenta uma competência específica dos Municípios:

- a) Cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão e os serviços, programas e projetos de assistência social em âmbito nacional.
- b) Formular a Política Nacional de Assistência Social.
- c) Destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios de prestação continuada (BPC).
- d) Estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
- e) Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

60. Um idoso de 70 anos necessita de atendimento de urgência em um hospital público que está lotado. Chega, ao mesmo tempo, um jovem de 20 anos com quadro clínico gravíssimo e risco iminente de morte, enquanto o idoso apresenta quadro estável, porém doloroso. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa:

- a) O idoso deve ser atendido primeiro em qualquer hipótese, devido à prioridade absoluta garantida por lei.
- b) O atendimento deve ocorrer por ordem de chegada, independentemente da idade ou gravidade.
- c) A prioridade do idoso cede lugar à urgência médica do jovem, pois a primazia é a preservação da vida em risco imediato.
- d) O médico deve atender o idoso primeiro apenas se ele estiver acompanhado de responsável.
- e) Ambos devem ser transferidos, pois o hospital não pode escolher quem atender.

61. É crime previsto no Estatuto da Pessoa Idosa, com pena de reclusão:

- a) Deixar de ceder o lugar no ônibus para pessoa idosa.
- b) Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade.
- c) Discordar da opinião do idoso em reuniões familiares.
- d) Deixar de visitar o idoso em instituição de longa permanência por um mês.
- e) Não contratar idoso para vaga de emprego por falta de qualificação.

62. A LBI trouxe um novo paradigma para o conceito de deficiência. Segundo a lei, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial e realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, devendo considerar:

- a) Exclusivamente o laudo médico e o Código Internacional de Doenças (CID).
- b) Apenas a capacidade de trabalho e a geração de renda do indivíduo.
- c) Os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.
- d) A vontade da família em interditar a pessoa para gestão de seus bens.
- e) O grau de escolaridade e a adaptação à escola regular.

63. Sobre a capacidade civil da pessoa com deficiência, a LBI estabelece que:

- a) A pessoa com deficiência é absolutamente incapaz para todos os atos da vida civil.
- b) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se, exercer direitos sexuais e reprodutivos e decidir sobre o número de filhos.
- c) A pessoa com deficiência mental deve ser obrigatoriamente submetida à curatela total desde o nascimento.
- d) A pessoa com deficiência não pode ser testemunha em processos judiciais nem votar.
- e) A curatela afeta todos os atos da vida civil, inclusive o direito ao próprio corpo e ao voto.

64. No âmbito do SUAS, o conceito de "matricialidade sociofamiliar" refere-se:

- a) À responsabilização exclusiva da mulher (matriz) pelo cuidado dos filhos e idosos na família.
- b) À compreensão da família como núcleo central para a efetivação de direitos, devendo ser o foco das ações de proteção, superando a fragmentação do atendimento por indivíduo (criança, idoso, mulher isoladamente).
- c) À obrigatoriedade de que todas as famílias sejam nucleares (pai, mãe e filhos) para receberem benefícios.
- d) À transferência de responsabilidade do Estado para a família na execução das políticas sociais, eximindo o governo de seu dever.
- e) Ao pagamento de benefícios apenas para a mãe de família cadastrada no CadÚnico.

65. Ao realizar o acompanhamento familiar no PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), a equipe técnica identifica conflitos geracionais entre avós e netos. A metodologia de trabalho social com famílias mais adequada para este caso é:

- a) Realizar palestras meramente informativas sobre o respeito aos mais velhos, sem espaço para diálogo.
- b) Encaminhar os netos para acolhimento institucional para evitar o estresse dos avós.
- c) Desenvolver oficinas de convivência e grupos reflexivos que promovam a escuta qualificada, o diálogo intergeracional e o reconhecimento das diferenças, visando fortalecer os vínculos.
- d) Determinar autoritariamente regras de conduta que a família deve seguir sob pena de corte do Bolsa Família.
- e) Atender apenas o membro que detém a renda da casa, ignorando os demais.

SERVIÇO SOCIAL*Anna Valéria*

66. De acordo com a NOB-SUAS (2012), marque a alternativa correta em relação às seguranças afiançadas preconizadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

- a) A segurança de acolhida é provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter, dentre outros fatores, condições de recepção e escuta profissional qualificada.
- b) A segurança de auxílio às calamidades públicas em qualquer ocasião.
- c) Desenvolvimento educacional e financeiro.
- d) Adaptação às necessidades especiais de pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- e) Garantia de inscrição no Cadastro Único para programas sociais.

67. De acordo com o Art. 5º da NOB-SUAS (2012), dentre as diretrizes que estruturam a gestão do SUAS, marque a alternativa correta:

- a) Garantia de participação nos programas de transferência de renda, como por exemplo, o Programa Bolsa Família.
- b) Primazia da responsabilidade do estado na condução da política de assistência social.
- c) Centralização político-administrativa.
- d) Financiamento centralizado na União como principal ente federativo.
- e) Fortalecimento na participação usuário/instituição assistencial.

68. De acordo com o Art. 5º da NOB-SUAS (2012), a diretriz de territorialização significa que:

- a) A família constitui o núcleo central da proteção social, funcionando como referência principal para a formulação de ações e serviços socioassistenciais.

b) O seu objetivo principal é superar uma lógica assistencialista, vertical e autoritária, promovendo uma atuação compartilhada e democrática.

c) O planejamento, a oferta de serviços e o acompanhamento das famílias na assistência social devem levar em conta o território onde elas vivem, ou seja, o espaço geográfico e social, com suas características, vulnerabilidades sociais, potencialidades e recursos disponíveis para a população.

d) A sociedade, especialmente os usuários da assistência social, participe ativamente da formulação, gestão, monitoramento e avaliação da política pública.

e) Cada ente federativo (União, Estados, Municípios e DF) tem responsabilidades próprias e autonomia para gerir a assistência social, porém com articulação entre os níveis.

69. De acordo com o artigo 12 da NOB-SUAS (2012), marque a alternativa que diz respeito a uma responsabilidade comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

a) Estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais.

b) Responder pela concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada – BPC definido no art. 203 da Constituição Federal.

c) Coordenar a gestão do BPC, promovendo estratégias de articulação com os serviços, programas e projetos socioassistenciais e demais políticas setoriais.

d) Garantir condições financeiras, materiais e estruturais para o efetivo funcionamento da CIT e do CNAS.

e) Estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.

70. Com base no Art. 22 da NOB-SUAS (2012), os planos de Assistência Social, deverão observar e levar em conta, EXCETO:

- a) As metas nacionais pactuadas, que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) As metas estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para Estados e Municípios.
- c) As ações articuladas e intersetoriais.
- d) As ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.
- e) As ações verticalizadas e hierarquizadas entre as equipes.

71. De acordo com Fávero (2014), o Relatório Social como documento elaborado pelo Assistente Social consiste em um/a:

- a) Instrumento que possui como objetivo principal fiscalizar o cotidiano da/o usuário, a fim de inseri-lo ou não nos programas sociais.
- b) Procedimento cuja finalidade imediata é a emissão de um parecer -formalizado ou não - sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação/usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios.
- c) Subsídiam pareceres sociais que, muitas vezes, estão vinculados à aquisição de bens e/ou serviços ou dando subsídio a situações de conflito como adoção, guarda, dentre outras.
- d) Processo de interação entre duas ou mais pessoas (entrevistador e entrevistados) realizado através de linguagem verbal e/ou não-verbal, com o objetivo de promover um diálogo para obter informações sobre um determinado assunto.
- e) Apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção desse profissional, no seu cotidiano laborativo.

72. De acordo com o art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são medidas socioeducativas, EXCETO:

- a) Obrigação de reparar o dano.
- b) Prestação de serviços à comunidade.
- c) Liberdade assistida.
- d) Inserção em regime de semiliberdade.
- e) Internação em regime prisional.

73. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marque a alternativa INCORRETA.

- a) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- b) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse.
- c) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de trinta dias.
- d) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.
- e) A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

74. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o princípio da proteção integral sinaliza que:

- a) Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos apenas quando comprovada situação de risco pessoal ou social.
- b) A família é a única responsável pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes.
- c) Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, devendo receber proteção prioritária do Estado, da família e da sociedade.
- d) A proteção à criança e ao adolescente ocorre apenas por meio de medidas judiciais.
- e) Crianças possuem mais direitos que adolescentes, em razão de sua maior vulnerabilidade.

75. As medidas de proteção previstas no ECA são aplicáveis quando:

- a) Ao adolescente somente poderá ser aplicada medida socioeducativa.
- b) Há violação ou ameaça de direitos por ação ou omissão da sociedade, do Estado, dos pais ou responsáveis.
- c) O responsável legal solicita intervenção ou apoio judicial.
- d) O juiz entender conveniente, ainda que não haja violação de direitos.
- e) A criança estiver em conflito com a lei.

76. Acerca da medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- b) A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.
- c) Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.
- d) Em algumas situações o período máximo de internação poderá exceder três anos.
- e) A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

77. De acordo com Fávero (2013), o conceito de perícia social está relacionado a/ao:

- a) uma avaliação, exame ou vistoria, solicitada ou determinada sempre que a situação exigir um parecer técnico ou científico de uma determinada área do conhecimento, que contribua para o juiz formar uma convicção para a tomada de decisão.
- b) documento solicitado pela autoridade judiciária para servir de prova no processo.
- c) uma competência da/o assistente social.
- d) um parecer social elaborado pela/o assistente social.
- e) Um documento com assinatura de uma/um assistente social ou psicóloga/o.

78. A entrevista social, enquanto instrumento técnico-operativo, caracteriza-se por:

- a) Ser um diálogo espontâneo, sem planejamento prévio.
- b) Ter caráter meramente investigativo, sem intervenção profissional.
- c) Constituir um processo técnico, intencional e mediado por objetivos profissionais.
- d) Restringir-se à coleta de informações para fins burocráticos.
- e) Ser um instrumento exclusivamente utilizado em estudos socioeconômicos.

79. Sobre a visita domiciliar no Serviço Social, é correto afirmar que:

- a) Tem como finalidade fiscalizar a vida privada dos usuários.
- b) Deve ser realizada apenas por determinação judicial.
- c) É um instrumento que possibilita apreensão das condições de vida e das relações sociais no território.
- d) Substitui a entrevista como instrumento central do trabalho profissional.
- e) Possui caráter exclusivamente fiscalizatório.

80. No exercício da perícia social, é correto afirmar que o assistente social:

- a) Deve adequar suas conclusões às expectativas do magistrado.
 - b) Atua como auxiliar do juiz, sem autonomia técnica.
 - c) Limita-se a responder quesitos, sem análise da totalidade social.
 - d) Está autorizado a divulgar informações sigilosas sempre que solicitado.
 - e) Deve fundamentar suas análises respeitando o Código de Ética e a autonomia profissional.
-

Discursiva

Um/a assistente social lotado/a na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) integra a equipe técnica de apoio a uma Comissão Permanente que analisa um projeto de lei voltado à ampliação de benefícios sociais para servidores públicos estaduais em situação de adoecimento. Paralelamente, o setor de saúde do trabalhador encaminha ao Serviço Social diversas demandas de servidores que relatam dificuldades socioeconômicas, afastamentos recorrentes do trabalho e desconhecimento recorrente sobre seus direitos previdenciários e assistenciais.

Diante dessa situação, analise a atuação do/a assistente social na ALERJ, explicitando:

- a) como os instrumentos técnico-operativos do Serviço Social (parecer ou laudo social, entrevista, relatório social, visita domiciliar, dentre outros) podem ser utilizados tanto no atendimento aos servidores quanto no assessoramento técnico à Comissão Legislativa;
- b) de que forma esses instrumentos contribuem para a qualificação do processo legislativo e para a defesa dos direitos sociais, à luz do projeto ético-político do Serviço Social;
- c) os cuidados éticos e técnicos necessários no uso desses instrumentos em um espaço institucional do Poder Legislativo, considerando o sigilo profissional e a relativa autonomia profissional.

Comentários

Espera-se que a resposta da/o candidata/o demonstre capacidade de análise crítica, domínio dos conceitos dos instrumentais e articulação entre teoria, ética e prática profissional, além do conhecimento acerca do que é o trabalho técnico da/o assistente social na ALERJ, contemplando, de forma integrada, os seguintes aspectos:

- **1. Compreensão do espaço sócio-ocupacional da ALERJ:** A/o candidata/o deve reconhecer a ALERJ como um espaço do Poder Legislativo, no qual a/o assistente social atua tanto no atendimento ao servidor quanto no assessoramento técnico-político, compreendendo as particularidades institucionais, as disputas de interesses e os limites e possibilidades da intervenção profissional nesse contexto.
- **2. Uso adequado dos instrumentos técnico-operativos:** Espera-se que a/o candidata/o faça a identificação e trabalhe conceitos sobre o uso dos principais instrumentos, tais como: Entrevista social como meio de apreensão da realidade vivida pelos servidores;

Estudo social como processo metodológico necessário para conhecer a realidade e realizar uma análise crítica das condições socioeconômicas, laborais e de saúde da/o trabalhador e sua família; Relatório, parecer ou laudo social como instrumentos técnicos de sistematização e subsídio à tomada de decisão; possíveis encaminhamentos à rede de políticas públicas (saúde, previdência, assistência social), evidenciando a articulação intersetorial.

- **3. Fundamentação ético-política**: Espera-se que a/o candidata/o faça referência aos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social, especialmente no que tange à defesa dos direitos sociais e da cidadania, compromisso com a justiça social e a equidade, garantia do sigilo profissional, da autonomia técnica, dentre outros.
 - **4. Postura crítica e propositiva**: A resposta deve ir além da descrição dos instrumentos, evidenciando: a capacidade de leitura crítica da realidade social, proposição de ações que fortaleçam políticas públicas e direitos, clareza quanto aos limites institucionais e às possibilidades de respostas profissionais no âmbito do Poder Legislativo.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
